

**CONTRATO – ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETA DA PBH**

Contrato de prestação de serviços que entre si celebram  
**MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE** e a empresa **FEST EVENTOS  
PRODUÇÕES LTDA EPP**

15-01-2019 1000.0011.0000

O **MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE**, inscrito no CNPJ sob o nº. 18.715.383/0001-40, estabelecido na Avenida Afonso Pena, nº 1.212, Centro, nesta Capital, CEP 30.130-908, representado pela **Secretária Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania**, a Sra. Maíra da Cunha Pinto Colares, inscrito no CPF nº 898.935.736-53, doravante denominado **CONTRATANTE** e a empresa **FEST EVENTOS PRODUÇÕES LTDA EPP**, estabelecida no endereço Rua Adorino Ferreira, nº 110 Bairro Califórnia – Belo Horizonte CEP 30855-210, CNPJ 38.608.626/0001-58, representada por Antonio Marciano Fernandes, CPF 533.642.956-20 neste ato denominada **CONTRATADA**, celebram o presente contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº 007/2018, processo administrativo 01-115.766/18-79, e em conformidade com o Decretos Municipais nº. 12.436/06, 12.437/06 e nº 15.113/13; Lei Municipal 10.936/16; Lei Federal nº. 8.666/93 e nº. 10.520/02 e Lei Complementar nº. 123/06, e normas deste instrumento e demais normas legais atinentes à espécie.

**1. CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO**

- 1.1.** Constitui objeto do presente contrato, a prestação de serviço de locação de **SANITÁRIOS QUÍMICOS**, conforme **LOTES ARREMATADOS** no PE 007/20185, a saber: **LOTE 01** Sanitário Convencional; **LOTE 02** Sanitário Químico PNE - Portadores de Necessidades Especiais (**detalhamento do objeto no Temo de Referência – parte integrante da presente ARP, independente de sua transcrição**) para atender a Feira de Artesanato de Belo Horizonte ("Feira Hippie"), em conformidade com os requisitos e condições especificados no termo de referência e ata de registro de preço.

Parágrafo único: Integram o presente contrato, independentemente de transcrição, os seguintes documentos:

- a) Edital de Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº. 007/2018, com todos os seus anexos;
- b) Ata de Registro de Preços;
- c) Proposta de Preços Registrados;

**2. CLÁUSULA SEGUNDA: DA(S) DOTAÇÃO(ÇÕES) ORÇAMENTÁRIA(S)**

- 2.1.** As despesas decorrentes da execução do presente contrato serão acobertadas pela(s) seguinte(s) dotação (ções) orçamentária (s):

1000.2500.14.422.127.2337.0002 339039.22 03.00.1.00

**3. CLÁUSULA TERCEIRA: DO VALOR**

- 3.1.** O presente contrato tem o valor total de R\$22.648,00 (Vinte e dois mil, seiscentos e quarenta e oito reais), conforme abaixo especificado.


Lote/Descrição	Quantidade	Valor Unitário Registrado	Valor Total
LOTE 01 – Sanitário Químico Convencional	104	R\$ 87,00	R\$ 9.048,00
LOTE 02 - Sanitário Químico PNE - Portadores de Necessidades Especiais	80	R\$170,00	R\$13.600,00
TOTAL			R\$22.648,00

#### 4. CLÁUSULA QUARTA: DA VIGÊNCIA

4.1. O presente contrato terá vigência a partir de sua assinatura, pelo período de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado em conformidade com o art. 57, inciso II, da Lei 8.666/93.

4.2. A prorrogação a que se refere o item anterior será realizada mediante celebração de termo aditivo.

#### 5. CLÁUSULA QUINTA: DO REAJUSTE

5.1. Os preços propostos pela Contratada não sofrerão qualquer tipo de reajuste.

#### 6. CLÁUSULA SEXTA: DOS PROCEDIMENTOS PARA A PRESTAÇÃO DO SERVIÇO/LOCAL

6.1. A Ordem de Serviço, a Nota de Empenho ou documento correlato será enviada para a Contratada pela Contratante, preferencialmente, via e-mail.

6.2. A prestação de serviço se dará conforme descrito no Anexo I do Edital - Termo de Referência.

6.3. O local para a prestação dos serviços contratados será informado com antecedência à contratada.

#### 7. CLÁUSULA SÉTIMA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Sem prejuízo do disposto no ANEXO I – Termo de Referência - do Edital PE 007/2018, a Contratante deverá, ainda:

7.1. Fiscalizar e acompanhar o trabalho desenvolvido pelo CONTRATADO.

7.2. Preparar e instruir para pagamento, as faturas apresentadas e remetê-las a tempo ao setor competente.

7.3. Indicar os servidores que serão responsáveis para acompanhar a prestação dos serviços.

7.4. Efetuar o pagamento do contrato efetuando as devidas retenções legais.

7.5. Preparar e instruir para pagamento as notas fiscais apresentadas pela contratada.


- 7.6. Notificar a contratada, por escrito, fixando-lhe prazo para corrigir defeitos ou irregularidades encontradas na prestação do serviço.
- 7.7. Prestar as informações necessárias, com clareza, à contratada, para a execução dos serviços contratados.
- 7.8. Pagar no vencimento, as faturas apresentadas pela contratada, correspondente ao serviço efetivamente prestado.
- 7.9. A CONTRATANTE procederá na forma da lei quanto à retenção de impostos por ocasião do faturamento.

#### **8. CLÁUSULA OITAVA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

Sem prejuízo do disposto no ANEXO I – Termo de Referência - do Edital PE 007/2018, a Contratada deverá, ainda:

- 8.1. Cumprir rigorosamente os prazos pactuados.
- 8.2. Executar o serviço de acordo com o objeto contratado.
- 8.3. Executar o objeto, atuando em seu próprio nome, por sua conta e risco, sendo-lhe, portanto, vedado ceder ou transferir, no todo ou em parte, os direitos e obrigações dele decorrentes.
- 8.4. Responsabilizarem-se pelos salários, encargos sociais, previdenciários, securitários, taxas, impostos e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre seu pessoal necessário à execução do objeto.
- 8.5. Executar os serviços contratados com estrita observância das especificações e detalhamentos contidos no edital e seus ANEXOS com fiel observância às disposições da legislação em vigor;
- 8.6. Responsabilizar-se por todas as despesas relacionadas com a prestação de serviço no endereço informado pela CONTRATANTE.
- 8.7. Credenciar representante da empresa junto à Contratante para gerenciar a realização do fornecimento a ser contratado e atuar como interlocutor entre as partes.
- 8.8. Cumprir fielmente prazos determinados pela signatária gestora/contratante, a serem informados na emissão da respectiva “Ordem de Serviço” e Nota de Empenho ou documento correlato.
- 8.9. Manter, durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas no curso do procedimento licitatório, facultando-se à Contratante o direito de exigir, a qualquer tempo, a comprovação do cumprimento desta condição.
- 8.10. Cumprir todos os princípios éticos e de conduta profissional da Contratante.
- 8.11. Não utilizar, em qualquer das atividades da empresa, de trabalho infantil nem de trabalho forçado ou análogo à condição de escravo.



- 8.12. Conhecer e cumprir as normas previstas na Lei nº 12.846/2013, de 01 de agosto de 2013, “Lei Anticorrupção”, abstendo-se de cometer os atos tendentes a lesar a administração pública e denunciando a prática de irregularidades de que tiver conhecimento, por meio dos canais de denúncia disponíveis na contratante;
- 8.13. Apresentar sempre que solicitado pela Contratante, a comprovação de cumprimento das obrigações tributárias e sociais legalmente exigidas.
- 8.14. Cumprir o disposto na Portaria nº 3214 e seus ANEXOS, do Ministério do Trabalho, no tocante às exigências de segurança e medicina do trabalho;
- 8.15. Assumir inteira responsabilidade civil e administrativa por danos e prejuízos que causar por descumprimento, omissões ou desvios na qualidade técnica do objeto deste contrato.
- 8.16. Cumprir o disposto no inciso XXXIII, do artigo 7º da Constituição Federal.
- 8.17. Sempre praticar os preços vigentes publicados no Diário Oficial do Município pelo Órgão Gestor, dando ciência, se necessário, aos responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização do serviço contratado.

#### **9. CLÁUSULA NONA: DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

- 9.1. A Contratada deverá emitir documento fiscal de acordo com a legislação Municipal vigente, contendo a discriminação do objeto a que se referem e o período da prestação do serviço.
- 9.2. O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias, pela Contratante, após a apresentação do documento fiscal devidamente atestado pelo responsável ou fiscal do contrato.
- 9.3. Se houver alguma incorreção(ões) no documento fiscal e/ou na documentação que o acompanha, o(s) mesmo(s) será(ão) devolvido(s) para a(s) devida(s) correção(ões) e o prazo constante.
- 9.4. Na hipótese de a contratada não apresentar tempestivamente a nota fiscal ou os documentos exigidos no edital ou ainda se apresentá-los com incorreções, a quitação dar-se-á em até 30 (trinta) dias após a regularização da pendência, não cabendo qualquer acréscimo a título de correção monetária ou juros moratórios, conforme o caso.
- 9.5. A Nota Fiscal/Fatura deverá obrigatoriamente discriminar a prestação dos serviços executados, bem como todos os impostos retidos na fonte, quando for cabível.

#### **10. CLÁUSULA DÉCIMA: DA ANTICORRUPÇÃO**

- 10.1. O Contratante acorda, declara e garante que observará todas as leis e regulamentos anticorrupção aplicáveis, inclusive as normas que vedem a prática de atos lesivos contra a administração pública, na forma da Lei nº 12.846/13, sendo responsável pelas infrações a que der causa, no cumprimento deste Contrato.



**Parágrafo primeiro:** O Contratante acorda, declara e garante que não ofereceu, prometeu, pagou, autorizou ou deu, direta ou indiretamente, assim como no futuro não oferecerá, prometerá, pagará, autorizará ou dará, direta ou indiretamente, dinheiro ou qualquer outro objeto de valor a qualquer funcionário governamental ou similar, ou candidato a cargo político com o objetivo de:

- a) Influenciar qualquer ato ou decisão de tal funcionário, candidato ou partido a realizar ou deixar de realizar um ato em violação a um dever legal;
- b) Induzir o funcionário, candidato ou partido a realizar ou deixar de realizar um ato em violação a um dever legal;
- c) Garantir qualquer vantagem imprópria; ou,
- d) Induzir o funcionário, candidato ou partido a influenciar o ato ou decisão de um governo ou instrumentalidade governamental para obter ou manter um negócio, ou direcionar um negócio para qualquer pessoa física ou jurídica, com qualquer relação com este Contrato.

**Parágrafo segundo** Na hipótese da CONTRATANTE violar esta disposição ou qualquer uma das leis anticorrupção aplicáveis, a CONTRATADA terá o direito de rescindir este Contrato unilateralmente e tomar outras medidas apropriadas.

## **11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**11.1.** A prática de atos ilícitos sujeita o infrator à aplicação das seguintes sanções administrativas:

**11.1.1.** Previstas nos incisos I a IV do art. 87 da Lei Federal nº 8.666/93:

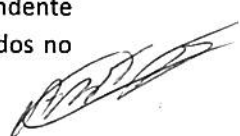

- a) advertência, observado o disposto no artigo 6º do Decreto nº 15.113/13;
- b) multa, observado o disposto nos artigos 7º ao 10 do Decreto nº 15.113/13;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois anos), observado o disposto nos artigos 11 ao 14 do Decreto nº 15.113/13;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública por prazo não inferior a 02 (dois) anos observado o disposto nos artigos 15 ao 19 do Decreto nº 15.113/13.

**11.1.2.** Previstas no art. 7º da Lei Federal nº 10.520/02:

- a) Impedimento de licitar;
- b) Impedimento de contratar.

**11.2.** Penalidade de multa, nos termos do Decreto Municipal nº 15.113/13, nos seguintes percentuais:

- a) Multa moratória de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na execução de serviços, até o limite de 9,9%, correspondente a até 30 (trinta) dias de atraso, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, excluída, quando for o caso, a parcela correspondente aos impostos destacados no documento fiscal;

b) Multa de 3% (três por cento) sobre o valor total da adjudicação da licitação, quando houver o descumprimento das normas jurídicas atinentes ou das obrigações assumidas, tais como:

- b.1) Deixar de manter as condições de habilitação durante o prazo de vigência do contrato, nos termos do inciso XIII do art. 55 da Lei Federal nº 8.666/93;
- b.2) Permanecer inadimplente após a aplicação de advertência;
- b.3) Deixar de regularizar, no prazo definido pela Administração, os documentos exigidos na legislação, para fins de liquidação e pagamento da despesa;
- b.4) Não devolver os valores pagos indevidamente pela CONTRATANTE.

c) Multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor total da adjudicação da licitação, na hipótese de o infrator entregar o objeto contratual em desacordo com as especificações, condições e qualidade contratadas e/ou com vício, irregularidade ou defeito oculto que o tornem impróprio para o fim a que se destina;

d) Multa indenizatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, quando o infrator der causa ao cancelamento do contrato;

e) Multa indenizatória, a título de perdas e danos, na hipótese de o infrator ensejar a rescisão do contrato e sua conduta implicar em gastos à Administração Pública superiores aos contratados.

**11.3.** Penalidade de advertência, que será aplicada Pela Diretoria Administrativo-Financeira, mediante comunicado do gestor do contrato;

**11.4.** Na aplicação das penalidades de advertência e multa, será facultada a defesa prévia do interessado no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da sua notificação.

**11.5.** As penalidades de suspensão temporária, impedimento de licitar e impedimento de contratar serão aplicadas pelo Diretor-Presidente, facultada a defesa do Contratado no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da abertura de vista.

**11.6.** A penalidade de declaração de inidoneidade será aplicada pelo Diretor-Presidente, facultada a defesa do Contratado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias, contados da abertura de vista.

**11.7.** As multas são independentes e não eximem a CONTRATADA da plena execução dos serviços contratados.

**11.8.** A penalidade de multa poderá ser aplicada cumulativamente com outras sanções administrativas.

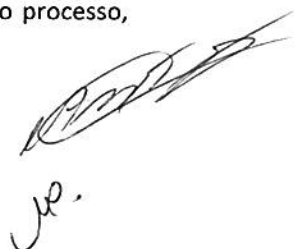
## **12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA RESCISÃO**

**12.1.** O presente contrato extinguir-se-á ao seu término, sem necessidade de qualquer notificação ou interpelação ou judicial ou extrajudicial, podendo, no entanto, ser rescindido a qualquer tempo.

**12.2.** O presente contrato poderá ser rescindido, desde que formalmente motivado nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nas hipóteses da Contratada:

**12.2.1.** infringir quaisquer das cláusulas ou condições do presente contrato;

**12.2.2.** entrar em regime de falência, dissolver-se ou extinguir-se;



- 12.2.3. transferir ou ceder o presente contrato a terceiros, no todo ou em parte;
- 12.2.4. recusar-se a receber qualquer ordem ou instrução para melhor execução deste contrato, insistindo em fazê-lo com imperícia ou desleixo;
- 12.2.5. deixar de executar o serviço, abandonando-o ou suspendendo-o por mais de 2 (dois) dias seguidos, salvo por motivo de força maior, desde que haja comunicação prévia e imediata ao Contratante;
- 12.2.6. deixar de comprovar o regular cumprimento de suas obrigações trabalhistas, tributárias e sociais;
- 12.2.7. ser declarada inidônea e/ou suspensa e/ou impedida do direito de licitar ou contratar com a Administração Municipal;
- 12.2.8. associar-se com outrem, praticar fusão, cisão ou incorporação, exceto na hipótese de serviço secundário que não integre a essência do objeto, desde que expressamente autorizada pelo Contratante, mantida em qualquer caso a integral responsabilidade da Contratada;
- 12.2.9. Demais hipóteses previstas na legislação.

**13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DA RESCISÃO POR INTERESSE PÚBLICO**

- 13.1. Este contrato poderá ser rescindido por ato unilateral do Contratante, devidamente justificado, quando o interesse público assim o exigir, sem indenização à Contratada, a não ser em caso de dano efetivo disso resultante.

**14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

- 14.1. A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, conforme previsto nos §§1º e 2º, art. 65 da Lei nº 8.666/93.
- 14.2. A tolerância do Contratante com qualquer atraso ou inadimplência por parte da Contratada, não importará de forma alguma em alteração ou novação.
- 14.3. A Contratada não poderá caucionar ou utilizar o contrato para qualquer operação financeira.
- 14.4. A BELOTUR e os demais órgãos participantes da contratação compartilhada responderão individualmente pelas obrigações assumidas e por eventuais inadimplementos a que derem causa nos contratos celebrados, não havendo responsabilidade solidária entre as contratantes.

**15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DA PUBLICAÇÃO**

- 15.1. A publicação do extrato do presente contrato no Diário Oficial do Município "DOM" correrá por conta e ônus da Administração Municipal.





**16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DO FORO**

16.1. Fica eleito o foro da Comarca de Belo Horizonte, renunciando-se a qualquer outro por mais privilegiado que seja para dirimir qualquer dúvida ou pendência oriunda do presente instrumento.

E por estarem justas e contratadas, assinam as partes o presente contrato, em 3 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo:

Belo Horizonte, 21 de janeiro de 2019

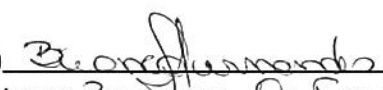


PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, SEGURANÇA ALIMENTAR E CIDADANIA  
CONTRATANTE



FEST EVENTOS PRODUÇÕES LTDA EPP  
CONTRATADA

Testemunhas:

1) _____	2)  _____
Nome: _____	Nome: <u>Beatriz O. Fernandes</u>
CPF: _____	CPF: <u>124.054.946-63</u>